

A MODERNIDADE EXCLUDENTE QUE CONCEBEU E MODELOU BELO HORIZONTE

THE EXCLUSIONARY MODERNITY THAT CONCEIVED AND SHAPED BELO HORIZONTE

Silvia Gomes Pêgo¹

RESUMO

A presente pesquisa se propôs a investigar as permanências coloniais monárquicas no período republicano, em paralelo com a apropriação da Modernidade pela elite belo-horizontina, sendo o próprio regime político uma de suas expressões. Para tal fim, foram analisados o Censo de 1872 da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey² e o Censo de 1940 de Belo Horizonte, à luz de autores como Júlia Calvo (2013), Marcelo Cedro e Lucília de Almeida Neves Delgado (2006) e Lorene dos Santos (2018), dentre outros. O pensamento moderno chega ao Brasil atrelado às concepções republicanas, no final do século XIX, rechaçando aparentemente a Monarquia e tudo relacionado a ela. O regime monárquico já em decadência por uma combinação de fatores é suplantado por um golpe que instaurou a República, encabeçado pela elite militar e apoiado pela elite cafeicultora emergente. Nessa transição de regime político que coincidiu com a transição do século XIX para o século XX, Belo Horizonte, vista como o símbolo do progresso republicano é construída sobre as ruínas do antigo Curral Del Rey, visto como símbolo do arcaico passado colonial e monárquico do país. Porém, o passado monárquico e colonial, outrora tão combatido, continuou e continua sendo reproduzido na manutenção dos privilégios e na injustiça social na cidade.

Palavras-chave: Modernidade; República; Permanências.

ABSTRACT

The present research proposed to investigate the monarchical colonial stays in the republican period, in parallel with the appropriation of Modernity by the Belo Horizonte elite, with the political regime itself being one of its expressions. To this end, the 1872 Census of the Parish of Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey and the 1940 Census of Belo Horizonte were analyzed in the light of authors such as Júlia Calvo (2013), Marcelo Cedro and Lucília de Almeida Neves Delgado (2006) and Lorene dos Santos (2018), among others. Modern thought arrives in Brazil linked to republican conceptions, at the end of the 19th century, apparently rejecting the Monarchy and everything related to it. The monarchical regime, already in decline due to a combination of factors, was supplanted by a coup that established the Republic, headed by the military elite and supported by the emerging coffee-growing elite. In this transition of political regime that coincided with the transition from the 19th to the 20th century, Belo Horizonte, seen as a symbol of republican progress, is built on the ruins of the old Curral Del Rey, seen as a symbol of the archaic colonial and monarchical past of the country. However,

¹ Graduanda do curso de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. E-mail: silvia.uai@hotmail.com.

² Também chamado de antigo Curral Del Rey.

the monarchical and colonial past, once so fought, continued and continues to be reproduced in the maintenance of privileges and social injustice in the city.

Keywords: Modernity; Republic; Permanencies.

PARA BELO HORIZONTE NASCER O ANTIGO CURRAL DEL REY TEVE QUE MORRER

As discussões acerca da República iniciaram-se, no Brasil, no final do século XIX, num contexto de crise da Monarquia, considerada pelos republicanos como “símbolo da miséria e da opressão” (Calvo, 2013, p. 75), associada ao desgaste, perante a opinião pública, do imperador Pedro II e de sua sucessora ao trono, a princesa Isabel. Embora o Manifesto Republicano fluminense³ (1870) tenha encabeçado o debate acerca do projeto republicano para o país, numa perspectiva idealista, o projeto republicano, implantado no Brasil, foi o defendido pelo Manifesto Republicano paulista (1873) de cunho elitista, centralizador e antidemocrático.

O Manifesto Republicano mineiro veio a se apresentar no debate público em 1888, por ocasião da abolição da escravatura e basicamente fazia coro ao “[...] teor geral das campanhas que os partidos republicanos já desenvolviam” (Calvo, 2013, p. 75). Antes disso, as elites mineiras escravocratas apoiavam a Monarquia por conveniência, “[...] a principal questão que uni[u] os republicanos mineiros [foi] a campanha de oposição ao abolicionismo e a consequente eliminação da monarquia no país” (Calvo, 2013, p. 75).

A província de Minas Gerais, no século XIX, detinha o maior contingente de escravizados do país empenhados, por seus senhores, nas atividades agropastoris no meio rural, enquanto estes, no meio urbano, se dedicavam a comerciar os produtos produzidos por seus cativos, suprindo tanto o mercado interno (intermunicipal) como o externo (interprovincial e exterior via Rio de Janeiro), o que ocasionava seu enriquecimento e por tabela fortalecendo tanto a economia mineira como a posição do estado na política nacional.

A mudança de regime político nos moldes do projeto republicano paulista não mudou o *status quo* vigente desde a colônia, ou seja, a manutenção dos privilégios sociais, econômicos e políticos das elites. Já que não havia como evitar a alteração do regime político, as elites, especialmente, formadas por militares e cafeicultores, trataram de assegurar, por meio de um golpe, que a República servisse aos seus interesses. No Brasil, o processo que culminou na

³ As bases republicanas brasileiras se estabelecem no manifesto republicano de 1870, que expõem no discurso brasileiro: a defesa da laicização do Estado como ideal do exercício da participação, da liberdade e da igualdade; a afirmação do pacto entre cidadãos e a constituição de uma sociedade civil organizada; [...] (Calvo, 2013, p. 75).

imposição da República foi pensado e executado pelas elites para as elites, excluindo completamente o povo.

As elites mineiras, sob o novo regime, com seus privilégios salvaguardados e envoltos na atmosfera republicana de modernização norteado pelo discurso de ruptura com o passado colonial, retomaram o intento, nascido durante a Inconfidência Mineira (1789-1792), de mudar a capital da província que, à época, era Ouro Preto (antiga Vila Rica) para a região central de Minas Gerais, porém, não para São João Del Rey como desejavam os inconfidentes.

A Constituição de 1891, a primeira do período republicano, federalista⁴, *pero no mucho*, permitia às províncias a transferência de sua capital⁵ e o legislativo de Minas Gerais, se aproveitando disso, começou, em 1893, a se mobilizar para definir o local que abrigaria a nova capital. Para isso instituiu-se, na referida data, a Comissão de Análise da qual fazia parte Aarão Reis, futuro engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). É digno de nota que a mudança da capital “[...] significava, na gestão pública, uma promoção de esforços e investimentos que acabariam por fortalecer a autonomia provincial.” (Calvo, 2013, p. 75).

A escolha se baseou em três requisitos: salubridade do clima, abundância de água potável e de qualidade e topografia adequada ao desenvolvimento. Vale ressaltar que a escolha da nova capital estava ligada às ideias científicas em voga no século XIX, que tinham como pressupostos o higienismo e o eugenismo, aliadas às concepções capitalistas, modo de produção já consolidado no período.

O antigo Curral Del Rey foi o local escolhido, entre as demais opções aventadas, para a construção da nova capital. Contudo, esta escolha se revelaria, a partir de 1894, dramática, particularmente, para a população, majoritariamente, negra que habitava o arraial e porque não dizer para o próprio local, que seria completamente destruído para dar lugar à cidade “ideal”, a primeira cidade totalmente planejada⁶ da República. A nova capital refletiria, segundo Júlia Calvo (2013, p. 77),

⁴ A escolha do sistema federativo, sob a influência do modelo de República dos Estados Unidos, impunha a ordenação dos conflitos provinciais que se manifestaram em momentos de crise da unidade brasileira, como durante as lutas internas após a emancipação e nas revoltas regenciais. Adotar o modelo federativo significava a valorização da autonomia dos Estados, porém, na prática, significava a conciliação, por meio dos ajustes, dos interesses das elites do país para que o fim da monarquia se concretizasse (Calvo, 2013, p. 75).

⁵ A autorização para a transferência da capital veio com o art. 2º, do Decreto n. 7, em 20 de novembro de 1889. A permissão da mudança de capital em qualquer estado brasileiro tinha como objetivo a criação de um instrumento legal aos governadores para ação em caso de resistência ao novo regime. Em Minas Gerais não ocorreu uma resistência, porém, com a abertura legal, consagra o ideal de mudança que já se apresentava desde o século XVIII [...] (Calvo, 2013, p. 74).

⁶ A cidade com linhas modernas acomodou funcionários, militares, clero, trabalhadores por meio da construção de ruas largas, edifícios firmes e esculpidos em concreto e de uma divisão simbólica da cidade que separava os grupos em categorias e ordenava a cidade do ponto de vista físico e social. Belo Horizonte foi setorializada e organizada em zonas: urbana, suburbana e rural, definindo, assim, a ocupação dos grupos e seus espaços (Calvo, 2013, p. 78).

[...] o discurso republicano construído sob as bases da busca do equilíbrio e apoiada no pensamento progressista que invadiu as principais capitais do país na segunda metade do século XIX. Tal corrente no Brasil tomava como base ideológica o positivismo, defendendo o progresso em uma situação de harmonia, ausência de conflitos na manutenção de um status quo garantidor da ordem e, conseqüentemente, do desenvolvimento.

Ainda que a construção de Belo Horizonte fosse imbuída por aspirações românticas efervescentes no século XIX, como comentado pela referida autora, custou a ruína do antigo Curral Del Rey, tanto do ponto de vista do seu patrimônio material como da memória dos seus habitantes. Em outras palavras, “[...] Belo Horizonte [foi] construída em clima de euforia para conciliar a Proclamação da República com a modernidade”, renegando seu passado colonial (Cedro; Delgado, 2006, p. 36). O presente trabalho busca analisar as permanências coloniais monárquicas no período republicano em paralelo com a apropriação da Modernidade pela elite belo-horizontina, sendo o próprio regime político uma de suas expressões.

MODERNIDADE: reminiscências conservadoras que fundamentaram a construção de Belo Horizonte (1872-1940)

A Praça da Liberdade⁷, centro administrativo⁸ da nova capital, Belo Horizonte, uma cidade administrativa por excelência, cuja localização é num local elevado da cidade, apresenta, na disposição dos prédios da Administração Pública estadual, o ideário republicano implantado no Brasil. O Palácio da Liberdade, representação do poder executivo, tem de um lado o prédio da Arquidiocese de Belo Horizonte, representação religiosa, e do outro, o prédio do Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, representação da ordem, que flerta com o autoritarismo, algumas vezes implicitamente, outras explicitamente. O curioso é que não tenha sido construído, no centro administrativo, o prédio destinado ao legislativo estadual, que é a representação da participação popular⁹, e sim, os prédios destinados às Secretarias de Estado

⁷ As reflexões que exponho ao longo dos dois primeiros parágrafos sob o subtítulo “Modernidade: reminiscências conservadoras que fundamentaram a construção de Belo Horizonte (1872-1940)” são oriundas do trabalho de campo da disciplina Geografia Cultural do curso de Geografia da PUC Minas, ministrada pelo professor Marcelo Eduardo Zanetti, no dia 15 de outubro de 2022, que, entre outros itinerários, ocorreu na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

⁸ No projeto original da Comissão Construtora da cidade, só o Palácio Presidencial ficaria na Praça da Liberdade, as secretarias seriam localizadas em uma praça triangular da VI seção, juntamente com os palácios do Congresso e da Justiça, na Avenida Afonso Pena (Barreto, 1936a) (Calvo, 2013, p. 80).

⁹ A representação popular nas assembleias estaduais e câmaras municipais legislativas se dá de forma indireta, respectivamente, pela eleição dos deputados e vereadores que, pelo menos em tese, representam a população.

da época. Não foi, nem mesmo, construído o prédio destinado ao poder judiciário, a representação da justiça.

A mensagem que essa organização passa é clara, na República brasileira, a vontade ou os interesses do povo, particularmente, dos afrodescendentes¹⁰ empobrecidos, que representam uma considerável parcela da população do estado, não é levada em consideração. E que, contrariando a separação entre Estado/Igreja, ela é profundamente influenciada pelos preceitos judaico-cristãos e visceralmente autoritária, já que carrega em si a seqüela de ter sido produto de um golpe de militares do exército em conluio com parcelas da elite econômica e não fruto de uma conquista popular.

O projeto de República materializada na paisagem da Praça da Liberdade, conforme comentado anteriormente, destoa da tentativa de dar materialidade, por meio da construção da nova capital mineira, aos princípios republicanos contidos na Constituição Brasileira de 1891, a primeira de várias sob o novo regime. A autora Júlia Calvo (2013, p. 73), ao comentar sobre o referido texto constitucional, escreveu:

Em síntese, a primeira Constituição da República foi, pelo menos em discurso, uma tentativa de concretizar os princípios republicanos por meio da garantia legal da liberdade e da igualdade entre os cidadãos, independente de nascimento, credo ou classe social e da promoção de uma separação entre Igreja e Estado que configuraria um princípio laico de sociedade e que se nortearia pelo cumprimento das leis como num pacto entre os cidadãos, definindo uma sociedade civil organizada.

Observa-se que a teoria não necessariamente corresponde à prática, como deixou claro a autora, ao utilizar a expressão “pelo menos em discurso”. O contexto em que o Censo de 1940 foi realizado, a saber, sob o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), produto de um golpe dentro do golpe dado por Getúlio Vargas para se manter no poder, é um entre outros exemplos que corrobora a afirmativa supracitada da autora Júlia Calvo.

Apesar da República idealizada estar bem distante da que foi implementada, os fervorosos defensores do regime republicano conseguiram, aos poucos, construir uma imagem de República, de acordo com Júlia Calvo (2013, p. 79), “[...], que incluía além do ideal de liberdade as noções da defesa da cidadania e dos princípios de participação na valorização do bem coletivo”. A autora afirma que houve a tentativa de consubstanciar os princípios republicanos na organização dos espaços em Belo Horizonte, porém, sem muito sucesso, já que no centro administrativo da capital não se edificou um prédio destinado ao poder legislativo,

¹⁰ E também dos povos originários que desde que tiveram seu território invadido têm resistido a inúmeras tentativas de extermínio e lutado por seus direitos.

denominado “casa do povo” na atualidade, como comentado anteriormente. A constante sabotagem, explícita ou implícita, à participação popular na República brasileira é um forte indicativo de uma República relativa e não absoluta, que, embora tenha renegado a Monarquia, mantém-se ligada à sua essência. O fato de as elites brasileiras não quererem igualdade ou equidade de direitos e sim a manutenção de seus privilégios, desde os tempos da colônia, atravessando o primeiro e segundo Reinado até a atualidade, é uma evidência mais do que clara disso.

A Modernidade tão aventada pelos republicanos brasileiros e impregnada no ideário da Comissão Construtora da Nova Capital, na prática, beneficiou somente as elites. Belo Horizonte, a “menina dos olhos” da República e expoente da Modernidade e de tudo que ela simbolizava, foi planejada por brancos para brancos ricos. Porquanto os moradores do antigo Curral Del Rey foram expropriados de suas moradias para darem lugar à nova cidade e a seus novos moradores.

O século XIX foi o momento em que a ciência¹¹ separou-se da religião, conquistando sua autonomia da ideologia religiosa e protagonismo no mundo, com o desenvolvimento tecnológico e científico em diversas áreas do conhecimento. Em sintonia com o momento, a Comissão Construtora planejou e edificou a cidade em consonância com as normas técnico-científicas em voga.

A Cidade de Minas, após 03 anos de obras, foi inaugurada, ainda inacabada, em 1897. Belo Horizonte, como veio a ser chamada a partir de 1901, continuou em obras, por assim dizer, ao longo de sua existência pelo desejo das elites locais de acompanhar as tendências da Modernidade, tendências estas que abrangiam não somente a arquitetura, mas também a cultura e o estilo de vida no decorrer do século XX.

A Avenida do Contorno, a delimitação geográfica original da cidade, com o aumento populacional e conseqüente expansão das áreas de ocupação, perdeu sua função. De acordo com as representações gráficas apresentadas por Flávio Villaça (2001) na página 121 do seu livro intitulado “Espaço intraurbano no Brasil”, as áreas edificadas na cidade, em 1940, já tinham ultrapassado, e muito, as fronteiras definidas pela Comissão Construtora. A verticalização, iniciada em meados da década de 1930, avançou, consideravelmente, na década seguinte.

¹¹ Para mais informações ver: Aula 5 - Charles Darwin, Evolução e Teologia Natural do curso "Ciência e Religião através da História (sécs. XVI-XX)", ofertado como disciplina optativa pelo Departamento de História da UFMG e como curso de extensão pelo CENEX FAFICH (UFMG). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y_bbHbFXCr0. Acesso em: 28 nov. 2022.

Getúlio Vargas, no contexto do Estado Novo (1937-1945), investiu pesado na industrialização do país com vistas a inseri-lo nos trilhos do progresso econômico mundial, pois, até então, o Brasil era apenas, um mero exportador de *commodities* agrícolas cuja economia foi severamente afetada pela crise de 1929. Em outras palavras, o Brasil era um país essencialmente agrário, tanto do ponto de vista econômico como sociocultural, pois a população campesina era, de longe, mais numerosa que a população urbana. Marcelo Cedro e Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 37) salientaram que o Estado Novo, no contexto brasileiro, relacionado à modernidade, além de buscar desenfreadamente pelo “novo”, valorizava, entre outras coisas, “[...], a defesa da indústria, [...]”. Segundo os mesmos autores,

A ideia era de que a industrialização possibilitaria reconstruir a economia brasileira após a queda vertiginosa sofrida em decorrência da crise de 1929. [...]. Desse modo, para suprir o atraso econômico, o Estado interventor desempenha o papel de recuperador da economia. Tal política se estendeu às unidades da federação que internamente tentavam se inserir no mercado nacional instituído pelo Estado Novo (Cedro; Delgado, 2006, p. 37-38).

O Governo Federal fomentou a construção de polos industriais em várias localidades do Brasil, no caso de Belo Horizonte, que não tinha vocação econômica industrial e estrutura para receber um polo industrial, estas estruturas foram construídas na região metropolitana da cidade (Contagem, Betim e Ribeirão da Neves etc.). Sobre o polo industrial de Contagem, Marcelo Cedro e Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 37) afirmaram que:

A política modernizante de Juscelino Kubitschek [prefeito de Belo Horizonte (1940-1945)] e sua contribuição para a evolução da cidade de Belo Horizonte, foi impulsionada, em diversos parâmetros, sobretudo, com a criação da cidade industrial, em Contagem, inaugurada em 1941, pelo então governador-interventor Benedito Valadares.

Com a decadência da vida campesina em decorrência do pouco investimento no setor agropastoril e sua associação com o atraso e subdesenvolvimento no imaginário moderno, muitas pessoas vislumbraram na cidade e, conseqüentemente, nos polos industriais a melhoria de sua condição de vida. Isso fez com que levas de pessoas migrassem do campo para as cidades que, por sua vez, não tinham estrutura para acomodar todos que chegavam. Sem outra alternativa, muitas dessas pessoas ocuparam as áreas suburbanas das cidades ou foram morar próximo aos polos industriais, seus locais de trabalho, em espaços sem o mínimo de infraestrutura de urbanização. O sonho de uma vida melhor, aos poucos, transformou-se no pesadelo de uma realidade de empobrecimento causado pelos baixos salários e pelo subemprego somados ao abandono pelo poder público. Belo Horizonte e sua região metropolitana são

exemplos desse processo de exclusão ocasionado pela modernização industrial que se repetiu, dadas as devidas proporções, em outras partes do Brasil.

Marcelo Cedro e Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 39), comentando acerca da administração municipal de Juscelino Kubitschek, salientaram que ele “[...] tinha em mente remodelar Belo Horizonte, tanto no plano urbano como social, melhorando a circulação pela cidade e modificando o modo de vida e entretenimento da sociedade belo-horizontina, imbuindo-a de um espírito moderno”. Percebe-se nessa assertiva que a modernização implementada tanto no plano nacional¹² como local tinha como público-alvo a elite, o termo “sociedade belo-horizontina” não passa de sinônimo de elite belo-horizontina. Afinal, quem possuía condições financeiras para consumir o modo de vida *smart* ou modo de vida moderno era a elite. “A modernidade empreendida por Juscelino que atingia a população em geral restringia-se à abertura de ruas e avenidas, já para os mais abastados criou-se todo um complexo turístico de entretenimento” (Cedro; Delgado, 2006, p. 39-40).

A Modernidade ou, melhor dizendo, a modernização¹³ almejada, tanto na transição do século XIX para o século XX e no decorrer desse, com destaque para a década de 1940, não atingiu as “estruturas tradicionais de poder”, pois a elite dominante jamais permitiu, como não permite até hoje, rupturas e mudanças drásticas que ameacem seus interesses e privilégios (Cedro; Delgado, 2006).

Os dados do Censo de 1872 e do Censo de 1940 da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey e Belo Horizonte, respectivamente, mostram as permanências, evidentes ou sutis, no que toca à manutenção de privilégios às custas da desigualdade étnico-racial.

O Censo de 1872 apresenta um panorama, dadas as devidas proporções, comum em outras partes do Brasil no Período Imperial (1822-1889). Assim como em outras partes do país, o antigo Curral Del Rey abrigava uma população negra expressiva, escravizada e escravizada, desassistida em função do regime político-econômico escravista vigente.

¹² Juscelino Kubitschek fora escolhido, para ocupar o cargo de prefeito, pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares. Pode-se, portanto, conjugar o discurso de modernidade e progresso professado por Juscelino Kubitschek em relação à cidade de Belo Horizonte com o de Getúlio Vargas para o Brasil (Cedro; Delgado, 2006, p. 40).

¹³ No contexto brasileiro, periferia do Capitalismo, o termo mais pertinente a ser utilizado é modernização, porque o país somente reproduziu as inovações produzidas pela Modernidade europeia e estadunidense.

Quadro 1 - Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey Raças¹⁴ da População Total (Livres + Escravizados)

Recorte Racial¹⁵ (M/F)¹⁶	Porcentagem	Quantidade
Branços	29,58%	1.634
Negros ¹⁷ (Livres + Escravizados)	70,41%	3.890
Negros (Escravizados)	6,08%	336
População Total (Livre + Escravizada)		5.524

Fonte: Censo de 1872 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro 1 mostra a predominância de pessoas negras, tanto livres quanto escravizadas, no antigo Curral Del Rey, o que correspondia a 70,41% da população do arraial. Os negros livres, contabilizados no Censo de 1872, possivelmente, fossem ex-escravizados que conseguiram sua liberdade, mediante compra, decerto com o apoio de uma irmandade de pretos, ou talvez fossem nascidos livres. A pequena quantidade de negros escravizados, 6,08%, indica uma decadência do regime escravista desgastado pelas mobilizações de grupos abolicionistas compostos, em sua maioria, por pessoas brancas e alguns poucos negros nascidos livres e ex-escravizados que tiveram acesso à educação de modo formal ou informal e que obtiveram alguma ascensão social. Em suas considerações sobre a dimensão e a força do movimento abolicionista no final do século XIX, a autora Lorene dos Santos (2018) lançou mão da definição do autor Ademir Gebara (1986).

Pela primeira vez na História do Brasil um movimento social unificava diferentes setores da população no apoio a uma causa que dividia a elite. Esse movimento espalhou-se pelo país todo. Pela primeira vez um movimento não se restringiu a uma determinada região (Gebara, 1986, p. 99 *apud* Santos, 2018, s/p).

As leis, elaboradas por representantes das elites econômicas e políticas, com intuito de pôr “fim à escravidão”, na verdade, só serviram para prolongá-la o maior tempo possível. Essa protelação, segundo Lorene dos Santos (2018, s/p), “[...], evidencia uma forte perspectiva de controle sobre essa mão de obra [escravizada], em um processo de abolição que se pretendia

¹⁴ Termo utilizado no Censo de 1872 de teor racista ligado ao Darwinismo Social, pseudociência do século XIX, que tentava “[...] explicar comportamentos sociais a partir de uma suposta determinação biológica - racial [...]” (Santos, 2018, s/p). Segundo Lorene dos Santos (2018, s/p), “[...], os “darwinistas sociais” não apenas defendiam a existência de diferenças essenciais entre as “raças” humanas, como também as hierarquizavam, apostando em um progressivo domínio das raças “superiores” – leia-se “branca” – sobre aquelas consideradas menos evoluídas, ou seja, todas as “não brancas”.”

¹⁵ O Censo de 1872 apresenta dentro da modalidade racial os denominados caboclos, contudo na Freguesia de N. S. da Boa Viagem do Curral Del Rey não havia a presença de caboclos. E ainda que houvesse, não seriam contabilizados no Quadro 01, porque o foco de análise, desta pesquisa, são os brancos e negros (pretos + pardos).

¹⁶ M = masculino e F = Feminino.

¹⁷ Corresponde a pretos e pardos.

gradual e afinado com os interesses da elite agrária”. Isso explica o fato de o Brasil ter sido o último país do continente americano a abolir a escravidão.

**Quadro 2 - Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey
População Católica (Católicos Livres + Católicos Escravizados)**

Recorte Religioso (M/F)	Porcentagem	Quantidade
População Livre Católica ¹⁸	93,57%	4.886
População Escravizada Católica	6,43%	336
População Católica Total		5.222

Fonte: Censo de 1872 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro 2 apresenta a força do Catolicismo no antigo Curral Del Rey que era a religião professada por 93,57% da população do lugar. O que não é de se estranhar, já que a religião Católica era a religião oficial¹⁹ do Império Brasileiro (1822-1889) e, mais que uma religião, foi, até a Constituição de 1824²⁰, um braço do Estado monárquico português no sistema do Padroado Régio. A bem da verdade, o Catolicismo chegou no território, que hoje chamamos de Brasil, antes mesmo do Estado Monárquico Português. Para além de impor uma forma de religiosidade, o Catolicismo impunha sua ideologia, principalmente, na cultura e, por extensão, nos hábitos e costumes, na educação, na política e na economia. Quanto a essa última, vale destacar que a escravidão contava com o respaldo da Igreja Católica, que, além de tentar torná-la admissível aos próprios escravizados, servia à elite branca como forma de controle sutil da expressiva população negra, escravizada ou não. Pois o medo “[...] da possibilidade de uma insurreição com proporções incontroláveis, que ameaçasse a grande propriedade e os poderes instituídos [...]”, rondava o imaginário da elite branca (Santos, 2018, s/p). O medo de uma Revolução Haitiana²¹ (1791-1804), à moda brasileira, tirava o sono dos latifundiários brasileiros.

¹⁸ Corresponde a brancos, pardos e pretos.

¹⁹ [Constituição de 1824] Título 1º Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo (Brazil, 1824 *apud* Lott, 2019: 46).

²⁰ É de 1824 a Constituição que define pelo fim do Padroado Régio e apenas a partir da Constituição Republicana (1891) que se passa a tratar da separação Estado/Igreja. Na constituição de 1988 destacamos mais um avanço significativo, quando se estabeleceu a laicidade do Estado brasileiro e a garantia do direito à liberdade de culto (Silva, 2021:40).

²¹ Em 22 de agosto de 1791, teve início a Revolução Haitiana, movimento de luta pela independência e libertação de escravizados negros ocorrido na colônia francesa de São Domingo. Doze anos depois, em 1º de janeiro de 1804, a independência do Haiti foi proclamada (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022).

**Quadro 3 - Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey
População Livre Católica**

Recorte Religioso da População Livre (M/F)	Porcentagem	Quantidade
População Livre Católica	94,17%	4.886
População Livre Acatólica ²²	0,03%	02
População Livre nem Católica e nem Acatólica	5,78%	300
População Livre Total		5.188

Fonte: Censo de 1872 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro 3 expõe a hegemonia do Catolicismo citado anteriormente, porém com um dado, no mínimo, intrigante que é a ocultação, entre a população livre Católica, caso não seja um erro, de 300 indivíduos que correspondiam a 5,78% da população livre total. Eles não foram contabilizados no Censo de 1872, nem entre os Católicos e nem entre os não Católicos. Tal fato suscita questionamentos tais como: Por que estas pessoas não foram contabilizadas no Censo de 1872? Será que estas pessoas eram adeptas de outras formas de religiosidade? Se sim, quais? Essas perguntas são plausíveis, uma vez que, conforme Wanessa Pires Lott (2019), a Constituição de 1824 permitia que a população praticasse religião diferente da Católica, desde que fosse, somente, na esfera da vida privada. Não seria ingenuidade pensar que toda uma população iria praticar, sem a mínima resistência, uma única religião pelo simples fato de ela ser oficial e, portanto, imposta a ela? Desde quando a dinâmica do cotidiano segue, à risca, a dinâmica da legislação vigente ou imposição governamental?

**Quadro IV - Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey
Instrução da População Total (Livres + Escravizados)**

Recorte de Instrução (M/F)	Livres	Escravizados	Porcentagem	Quantidade
Sabem Ler e escrever	298	00	5,39%	298
Analfabetos	4.890	336	94,60%	5.226
População Total (Livre + Escravizada)				5.524

Fonte: Censo de 1872 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro 4 revela o elevado número de pessoas analfabetas, em especial, entre as pessoas livres, uma vez que os escravizados eram proibidos de ter acesso à instrução escolar. Concernente à educação dos negros no século XIX, Lorene dos Santos (2018, s/p) esclarece que,

²² Termo utilizado no Censo de 1872 para se referir a pessoas não Católicas.

Em diversas províncias do Império, a frequência de escravos às aulas públicas chegou a ser proibida por lei. Tal proibição só seria eliminada com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, de 1879 (Decreto 7.247) Um ano antes, o Decreto 7.031, que instituía os cursos noturnos, determinava que os negros só poderiam frequentar a escola nesse período.

Os analfabetos representavam 94,60% da população total do antigo Curral Del Rey, apesar de este dado se tratar do universo micro do arraial, reflete o fenômeno do analfabetismo do universo macro do Império Brasileiro (1822-1889). Um império constituído sobre a base da desigualdade sociorracial que relegou as camadas populares, principalmente negros, à condição de expectadores (com algumas exceções) das dinâmicas sociais, políticas e econômicas o que, por sua vez, ajuda a explicar a não participação das camadas populares na instituição da República e, por extensão, na escolha da Nova Capital da província de Minas Gerais.

Lorene dos Santos (2018) esclarece que, mesmo não contemplando a população negra como um todo, a educação pensada para eles, antes e depois da vigência da escravidão, pelas elites era parte de um “[...] projeto civilizador e de homogeneização cultural da nação, empreendido a partir do século XIX” (Santos, 2018, s/p). A referida autora salienta que “os debates sobre “civilizar pela escola” foram, dessa forma, “perpassados por um conteúdo étnico e racial altamente significativo” [...], denotando forte influência das teorias raciais que se disseminaram em fins do XIX” (Santos, 2018, s/p).

Depreende-se que a uma população negra empobrecida, com pouca ou nenhuma instrução formal ou informal, não tenha restado outra alternativa senão “deixar”, em alguns casos, com alguma resistência, o lugar que por tantos anos viveram, para que nele fosse erguida uma cidade idealizada e planejada para uma elite branca e formalmente instruída. A instrução, em especial ilustrada, na Monarquia, não era um direito e sim um privilégio, algo que não mudou com a instauração da República.

O que significava saber ler e escrever, principalmente para os negros, no Império Brasileiro? Possivelmente, um saber elementar de leitura e escrita, visto que, como mencionado, poucos eram os que tinham acesso a uma instrução ilustrada. Para uma melhor compreensão dessa asserção, recorramos às considerações da autora Lorene dos Santos (2018) sobre o papel do Catolicismo na educação dos negros, educação esta informal e de mais “fácil” acesso por meio das irmandades como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que existia no antigo Curral Del Rey²³. Sobre isso, ela declara que,

²³ A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do antigo Curral Del Rey foi formalizada em 1811, porém foi proibida, definitivamente, em 1944, de realizar suas festividades na Capela Curial de Nossa Senhora do

[...], na obra “500 anos de educação no Brasil”, Gonçalves (2000) discute o papel da Igreja Católica na catequização dos negros escravizados, afirmando que não há indícios de que a educação fizesse parte dos projetos de evangelização empreendidos. O tipo de catequização direcionado aos negros prescindia da leitura dos evangelhos, uma vez que foi estruturado a partir da devoção aos santos e à Virgem Maria. Papel importante nesse processo tiveram as irmandades religiosas, difundidas a partir do século XVIII. Espaços de sociabilidade e cooperativismo, as irmandades funcionaram também como mecanismo de segregação, garantindo que as práticas religiosas católicas de brancos e negros se dessem em espaços distintos. Além disso, uma vez subordinadas ao poder do vigário, dificultaram a constituição de uma “consciência de raça” em seu interior e a partir de suas práticas. Mas embora não tenham contribuído para a escolarização dos negros, Gonçalves (2000) defende que elas tiveram sim um papel na educação desses sujeitos (Santos, 2018, s/p).

É interessante notar que a associação a uma irmandade, seja ela de brancos ou de negros, estava condicionada ao pagamento de uma entrada e taxas anuais previstas no regulamento das agremiações. Todavia, esses proventos eram revertidos aos associados, especialmente no contexto das irmandades negras, na forma de “[...] assistência na enfermidade ou quando estivessem presos, alimentos quando estivessem famintos, acompanhamento espiritual e sepultamento cristão” (Silva, 2021, p. 120). Outro tipo de assistência recebida pelos associados, particularmente das irmandades negras, era o apoio na compra de alforrias (Silva, 2021).

O Censo de 1940 possui uma deficiência que é a de não apresentar os dados numa perspectiva étnico-racial devido, provavelmente, ao pensamento nacionalista²⁴ que fechava os olhos para as especificidades étnicas e histórico-culturais da população. Ainda que, pelo menos em tese, a escravidão tenha sido abolida em 1888, 52 anos após o evento, suas sequelas como racismo e desigualdade sociorracial, permaneceram como mostra o Censo de 1940, ou melhor, ainda permanecem na sociedade belo-horizontina e brasileira. A indiferença a esse fato, provavelmente, mascarou os dados analisados, como religião, com a não contabilização das manifestações religiosas de matriz africana e instrução, com a não contabilização discriminada, do nível de instrução, entre brancos e negros. Não era do interesse do regime autoritário de Getúlio Vargas promover ou estimular o debate público acerca das referidas questões, uma vez que procurava conquistar as classes populares, em sua maioria, negros com a finalidade de “[...] evitar que se mobilizassem de forma autônoma e conflitiva” (Cedro; Delgado, 2006, p. 41). Era mais conveniente ao Estado Novo (1937-1945) abraçar o mito da “democracia racial” elaborado, na década de 1930, por ocasião da obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*,

Rosário, construída em 1897, em substituição a Capela do Rosário do Curral Del Rey, demolida em 1898 (Silva, 2021).

²⁴ [...] o nacionalismo baseia-se na lealdade dos cidadãos e na visão de o Estado ser a entidade responsável pela condução do desenvolvimento (Cabral, 2016, p. 22).

que romantizou as relações de poder, diga-se de passagem, extremamente abusivas entre senhores e escravizados. Comentando sobre as relações étnico raciais no bojo do nacionalismo Varguista, Lorene dos Santos (2018, s/p) afirma que,

Em meio ao conjunto de simbologias forjadas no governo Vargas, o mestiço emergiu como um dos grandes símbolos nacionais, exaltado como sujeito-autor de inúmeras manifestações culturais consideradas “genuinamente brasileiras”, num claro processo de “desafricanização” de vários elementos culturais [...]. Foi assim, por exemplo, que o samba, a feijoada ou até mesmo a capoeira, considerada crime pelo Código Penal Brasileiro de 1890, se transformaram em símbolos de brasilidade e motivo de orgulho nacional. A publicação de “Casa Grande & Senzala”, do sociólogo Gilberto Freyre, em 1933, seria fundamental nesse processo, ao oferecer sustentação teórica e ideológica ao projeto de construção do “Brasil nação”.

A referida autora destaca que, apesar da “[...] ideia da boa convivência entre raças já est[ivesse] presente no pensamento racial brasileiro desde a segunda metade do século XIX, [...]”, ela foi legitimada e divulgada por Gilberto Freyre conferindo, assim, uma nova roupagem para o racismo nacional (Santos, 2018, s/p). Segundo Lorene Santos (2018, s/p), a ideia de democracia racial, no Brasil, cristalizou “[...] uma autoimagem de sociedade livre de preconceitos e conflitos raciais, ou, quando muito, uma sociedade em que o racismo se apresentaria de forma mais “branda” e menos violenta”.

Se, por um lado, o Estado Novo enaltece a modernidade vinculada à noção de progresso e desenvolvimento socioeconômico, por outro, mantém “[...], a troca de favores, o apadrinhamento político e a inexistência da prática democrática”, características presentes na dominação oligárquica e questionadas no episódio da Revolução de 1930, digo, Golpe de 1930 (Cedro; Delgado, 2006, p. 42). Haja vista que o clientelismo, direta e indiretamente, nas esferas municipal, estadual e federal, contribui para a privação e/ou perda de direitos, dentre eles, o direito à educação, principalmente, dos negros, recorte social historicamente excluído da sociedade.

Quadro 5 - Município de Belo Horizonte - Raça

Recorte Racial²⁵ (M/F)	Porcentagem	Quantidade
Branco	58,74%	124.166
Negros (Pretos + Pardos)	41,02%	86.722
População Total		211.377

Fonte: Censo de 1940 - Elaborado pela autora, 2022.

²⁵ Não foram contabilizados neste recorte os denominados "amarelos" (185 pessoas) e “de cor não declarada” (304 pessoas).

O Quadro 5 mostra uma elevação, em comparação ao antigo Curral Del Rey, do número de pessoas brancas, que correspondia a 58,74% da população da cidade de Belo Horizonte em relação ao número de pessoas negras, que correspondia a 41,02%. Esse dado evidencia um significativo embranquecimento da população da Nova Capital, construída sobre as ruínas do antigo Curral Del Rey, outrora, território negro, de acordo com Censo de 1872. O projeto de embranquecimento vinculado ao projeto de construção da cidade obteve certo êxito. Porém, é provável que a elite belo-horizontina não tenha se dado por satisfeita com isso, pois a meta era diminuir significativamente o número de negros em Belo Horizonte. Afinal, se os negros fossem eliminados, quem faria o trabalho doméstico ou braçal? Em seguida, na análise do recorte religioso da cidade, aprofundaremos a discussão sobre a possível causa desse perceptível embranquecimento da população.

Quadro 6 - Município de Belo Horizonte - Religião

Recorte Religioso (M/F)	Porcentagem	Quantidade
Católicos Romanos	91,63%	193.690
Não Católicos ²⁶	7,96%	16.841
População Total		211.377

Fonte: Censo de 1940 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro 6 exhibe a prevalência do Catolicismo, professado por 91,63% da população da cidade. Mesmo não sendo mais a religião oficial do, agora, Estado republicano, continuou exercendo forte influência sobre a então sociedade belo-horizontina, também atenta às tendências da Modernidade. A tradição andava em sintonia com a vanguarda. Embora vivessem, em tese, num Estado laico e morassem numa cidade pensada e construída nessa perspectiva, o imaginário sociocultural dos belo-horizontinos, não era.

Os dados demonstram que a separação entre Estado/Igreja possibilitou a manifestação pública de outras religiões compreendidas no Quadro 6 sob o termo “não católicos” e que representavam 7,96% da população. Essa diversidade religiosa, mesmo que pequena, acompanha a diversidade populacional composta pelos imigrantes que trouxeram, não somente sua força de trabalho para a construção da Nova Capital ou seu anseio por novas oportunidades, mas, também, suas respectivas formas de religiosidade.

²⁶ Estão contabilizados neste recorte os Protestantes (4374 pessoas), Ortodoxos (284 pessoas), Israelitas (791 pessoas), Maometanos (17 pessoas), Budistas (31 pessoas), Xintoístas (10 pessoas), Espíritas (6437 pessoas), Positivistas (17 pessoas), de outra religião (3968 pessoas) e sem religião (912 pessoas), com exceção da parcela de pessoas de religião não declarada (846) que não foram contabilizadas entre os “não Católicos”.

Outro aspecto a ser observado nos dados quanto à imigração é a relação dela com o branqueamento da população da cidade e a conseqüente substituição da mão de obra negra pela mão de obra branca “qualificada” dos estrangeiros. Ao fim e ao cabo, os senhores de escravos de outrora não estavam dispostos a remunerar “serviço de preto²⁷”. Esse evento não era algo distinto em Belo Horizonte, pelo contrário, era um projeto político que vigorou do final do século XIX até o início do século XX. No tocante a isso, a autora Lorene dos Santos (2018, s/p) explica que a

[...] política imigrantista deve ser [...] compreendida, de um lado, pela perspectiva da busca de uma “solução” para o “problema da substituição da mão de obra escrava”, apresentando-se como importante alternativa para acalmar o temor das elites de que sem os mecanismos de coerção do sistema escravista não haveria mão de obra disponível. E, por outro lado, precisa ser vista no bojo das ideias racistas que se disseminaram na segunda metade do século XIX, e que, no Brasil, tiveram como importante pilar uma ideologia que apostou no progressivo branqueamento da população, [...].

O intuito racista e colonialista de branquear a população falou mais alto do que a concepção republicana de participação popular que presume inclusão e cidadania da população, independentemente de sua cor e etnia. O paradoxo entre ideias progressistas e reacionárias é uma constante na Modernidade no âmbito de Belo Horizonte e, por extensão, do Brasil.

Quadro 7 - Município de Belo Horizonte - Instrução

Recorte de Instrução (M/F)	Porcentagem	Quantidade
Sabem ler e escrever ²⁸	76,72%	162.172
Não sabem ler nem escrever	19,57%	41.384
População Total		211.377

Fonte: Censo de 1940 - Elaborado pela autora, 2022.

O Quadro VII expõe um aumento do nível de instrução da população de Belo Horizonte em comparação com a população livre do antigo Curral Del Rey. Os dados mostram que 76,72% da população da cidade sabia ler e escrever e apenas 19,57% da população não sabia ler nem escrever.

Os dados indicam, grosso modo, uma melhora no índice de instrução escolar e dão a entender que ela fosse universal. Porém, como não há uma discriminação étnico-racial dessas

²⁷ Expressão racista que deprecia uma atividade desempenhada por uma pessoa negra em função de sua etnia.

²⁸ Estão contabilizados neste recorte, que totaliza 140.648 pessoas adultas, os adolescentes (M/F) de 15 a 19 anos (21.524 pessoas) que sabem ler e escrever. A inclusão se dá pelo fato de pessoas (M/F) a partir de 15 anos serem computadas, no Censo de 1940, na modalidade “Estado Conjugal” e discriminadas entre casados, separados, desquitados, divorciados e viúvos, o que pressupõe maioridade civil.

informações, não se pode afirmar nada, pelo contrário, se pode e deve levantar questionamentos tais como, por exemplo, qual era o índice de acesso à instrução escolar entre brancos e negros? E qual era o grau de instrução escolar entre brancos e negros?

As perguntas se fazem pertinentes pelo fato de a construção de Belo Horizonte ter sido orientada pela lógica higienista do século XIX “[...] que propunha a edificação de uma cidade-modelo, moderna, limpa e organizada, a exemplo de algumas metrópoles europeias e norte-americanas” (Silva, 2021, p. 195). Em outras palavras, o espaço urbano foi projetado para ser habitado por brancos, considerados “superiores”, os negros, considerados “inferiores”, e, portanto, expulsos do espaço urbano, foram habitar o espaço suburbano da cidade eugenista.

O espaço suburbano, por não ser urbanizado, é provável que não possuísse escolas ou, se possuísse, elas fossem precárias por estarem localizadas num espaço sem infraestrutura. Neste cenário, a probabilidade de crianças e jovens brancos terem acesso à educação formal era maior que crianças e jovens negros. Retomando e reforçando o que fora dito anteriormente, tanto o governo federal, quanto o estadual e o municipal, sob o manto da “democracia racial”, fechavam os olhos para as questões abordadas acima.

Outro fator a ser considerado acerca do recorte de instrução é a histórica interdição ao acesso à educação imposta à população negra, questão já mencionada. Não é, não foi e continua não sendo interessante para a elite política belo-horizontina, mineira e brasileira, em sua maioria, branca prover educação de qualidade à população negra, a verdade é que para essas pessoas, desde que foram trazidos da África à força pelos traficantes de escravizados, nunca deixaram de ser considerados seres inferiores, para não dizer mercadorias. Em suma, “o conhecimento torna o homem inadequado para ser escravo”, frase atribuída a Frederick Douglas, abolicionista estadunidense (1818-1895), que basicamente quer dizer que uma pessoa letrada não aceita a subalternidade perceptível ou não.

CONCLUSÃO

A República como ponto de ruptura com o passado colonial monarquista não se efetivou, porque o imaginário colonial permaneceu e ainda permanece na sociedade belo-horizontina e brasileira, na manutenção de privilégios e no racismo que perpetua a desigualdade social. Nesse panorama, a Modernidade apropriada na esteira do novo regime político serviu, ou melhor, potencializou a exclusão dos negros, vistos como “raça inferior”, da participação cívica e do espaço urbano de Belo Horizonte planejado e construído nos moldes republicanos.

A Modernidade sinônimo de desenvolvimento, progresso e vanguarda mudou a forma de consumir produtos, serviços e cultura, mas não alterou o imaginário social racista e elitista da sociedade belo-horizontina e brasileira, pelo contrário, conferiu a ele uma nova roupagem.

Fontes:

Censo de 1872 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2022.

Censo de 1940 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2022.

REFERÊNCIAS:

CABRAL, Pedro Henrique Ramos. **O nacionalismo brasileiro na égide do Estado Getulista**. 2016. Monografia (Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CALVO, Júlia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013.

CEDRO, Marcelo; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Administração municipal de Juscelino Kubitschek na cidade de Belo Horizonte (1940-1945) e o discurso político-cultural do Estado Novo. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 35-47, set. 2006.

ELIAS, Alice. Revolução Haitiana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/36495>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LOTT, Wanessa Pires. Tem festa de negro em Belo Horizonte: a proibição do Reinado pela Igreja Católica no início do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano XII, n. 35, p. 43-67, set./dez. 2019.

SANTOS, Lorene dos. A configuração da questão racial no Brasil. *In*: SANTOS, Lorene dos. **Saberes e práticas docentes em Redes de Trocas**: educação das relações étnico-raciais em questão. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

SILVA, Mauro Luiz da. **O patrimônio sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o afro-patrimônio de Belo Horizonte**: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018). 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001. p.113-134.